

“É falta de responsabilidade, tem que tomar vergonha na cara”: a percepção da gravidez na adolescência por discentes da disciplina Educação para Sexualidade

“It is a lack of responsibility, you have to be ashamed of yourself”: the perception of teenage pregnancy by students of the Education for Sexuality discipline

Vinicius Mascarenhas dos Passos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Vini-mascarenhas@hotmail.com

Marcos Lopes de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Markuslopessouza@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa trata das reflexões sobre gravidez na adolescência por estudantes do ensino fundamental de escolas municipais, da cidade de Jequié-BA, que cursaram a disciplina Educação para Sexualidade no ano letivo de 2018. Esse componente curricular foi inserido nas instituições municipais para discutir sobre gravidez e IST/AIDS devido ao aumento do número de casos locais. Os/as entrevistados/as foram 59 estudantes que cursaram essa disciplina em duas escolas distintas, em quatro diferentes turmas (duas do 6º/7º ano e duas do 8º/9º ano) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) modalidade tempo Juvenil. O material empírico foi produzido por intermédio de grupos focais. A pesquisa evidenciou que alguns/mas estudantes acreditam que, muitas vezes, falta conhecimento ou é irresponsabilidade, principalmente, da mulher, desconsiderando a complexidade associada a esse aspecto. A disciplina e os familiares são considerados importantes para garantir o acesso as informações.

Palavras chave: educação para sexualidade, ensino fundamental, EJA juvenil, gravidez na adolescência.

Abstract

This research deals with reflections on teenage pregnancy by elementary students from municipal schools, in the city of Jequié-BA, who took the subject Education for Sexuality in the academic year of 2018. This curricular component was inserted in municipal institutions to discuss pregnancy and STI / AIDS due to the increase in the number of local cases. The interviewees were 59 students who took this subject in two different schools, in four different classes (two from the 6th/7th grade and two from the 8th/9th grade) of Youth and Adult Education (EJA) Youth time modality. The empirical material was produced through focus groups. The research showed that some scholars believe that, often, there is a lack of knowledge or irresponsibility, especially for women, disregarding the associate associated with this aspect. Discipline and family members are considered important to ensure access to information.

Key words: sexuality education, elementary school, youth EJA, teenage pregnancy.

Apontamentos iniciais

Ao longo do tempo, a sexualidade adolescente tornou-se alvo de atenção em nossa sociedade. Nesse contexto, o discurso dominante apresenta a adolescência como uma fase transitória para a vida adulta que tem sido marcada por mudanças biopsicossociais, instabilidade e incapacidade de gerenciamento da própria vida (GUIMARÃES, 2019). É nesse período que, geralmente, ocorre a iniciação sexual, tendo como um dos focos principais a preocupação em evitar a gravidez.

Esse fato é evidenciado em estimativas, tais como a realizada em 2017 pelo relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Nesse documento é estimado mundialmente cerca de 46 mil nascimentos para cada mil adolescentes mulheres entre 15 e 19 anos, sendo que, no Brasil, a cada 5 bebês que nascem um é de mãe com idade entre 10 e 19 anos. Esses dados indicam como a gravidez na juventude é uma preocupação em nosso país, contudo, é possível ressaltar que houve uma diminuição dos casos ao longo do tempo. Além disso, são múltiplas as formas de vivenciar a adolescência e a gravidez nessa faixa classificatória, se considerarmos, por exemplo, o fator idade, classe social e gênero. Consequentemente, algumas pessoas podem estar mais vulneráveis do que outros/as em um determinado período e contexto.

A gravidez nessa faixa etária nem sempre foi tida como um problema social. De acordo com Altmann (2009; 2007) em outras épocas as mulheres engravidavam em idades que são consideradas precoce atualmente, contudo, um maior acesso educacional e inserção da mulher no mercado de trabalho contribuíram para adiar esse momento. Dessa forma, é possível entender a gravidez como um processo histórico, social e cultural, não podendo ser vista como um processo biológico imutável.

Devido ao alcance de grande parte dos/as jovens, a instituição escolar foi se construindo como um espaço privilegiado para intervir nesse problema, sendo vista como capaz de mobilizar os/as discentes a entenderem os riscos e a viverem essa fase com mais responsabilidade. Sendo assim, ao longo do tempo, em nome da saúde pública, as concepções médico-higienista passaram a influenciar a política

educacional dos séculos XIX e XX, tendo como finalidade educar as crianças e suas famílias buscando assegurar a reprodução da espécie na fase adulta, por exemplo (ALTMANN, 2003).

Geralmente, a sexualidade é abordada nas disciplinas de Ciências e Biologia, áreas que estão mais próximas do discurso médico. Contudo, com o estímulo de organismos oficiais no incentivo para o desenvolvimento de projetos de Educação Sexual, devido ao aumento do número de casos de IST/AIDS e gravidez na adolescência, no município de Jequié-BA, em 2005 houve a criação da disciplina Educação para Sexualidade. Esse componente curricular foi ofertado nos anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos das escolas municipais pelo entendimento que os/as estudantes já teriam idade suficiente para discutirem sobre tais questões. A intencionalidade da implementação de uma disciplina específica para discutir essas questões indica que é influenciada por um discurso médico (CABRAL et al., 2016).

Dado ao exposto, esse trabalho tem o propósito de analisar os diálogos dos discentes do ensino fundamental que cursaram a disciplina de EPS na EJA juvenil em duas escolas municipais no período letivo de 2018 a respeito da gravidez na adolescência.

Quais os discursos sobre a gravidez na adolescência dos/as discentes da disciplina Educação para Sexualidade?

Para estimular a discussão dos grupos focais foi realizada a leitura de um relato de um grupo focal feito com alunas de uma escola pública de Goiânia. Retirado do livro *Juventudes e Sexualidades* de Castro et al. (2004), esse depoimento pode ser identificado a seguir:

“(...) eu não acho que seja uma coisa assim (...) às vezes, não é só irresponsabilidade, às vezes, é algum fato que acontece. Assim, sem você nem mesmo perceber, igual eu, por exemplo, que quando eu chego e falo: ‘Vó, minha amiga falou que transou com o namorado dela’ [ela diz] ‘vai lá em tal lugar pra mim’, já muda de assunto. Então, às vezes, eu acho que é falta da pessoa saber mesmo. Uma amiga minha ficou grávida, ela veio da fazenda, veio estudar aqui, depois de um ano ficou grávida, eu não acho que seja irresponsabilidade, às vezes, é falta de conhecimento, de informação” (CASTRO et al., 2004, p. 144-145).

Após a leitura, os/as alunos/as foram questionados/as sobre essa possível irresponsabilidade em relação a gravidez ou se, as vezes, faltava conhecimento sobre métodos contraceptivos que previnem a gravidez. A esse respeito, os/as discentes da instituição 2 responderam que:

Trecho 1:

A₁28/9: Eu acho que é falta de conhecimento porque tem muitas famílias que nem conversam sobre sexo.

A₁28/9: Minha mãe não conversa, mas ela me levou para um negócio que me explicou.

P: Ginecologista?

A₁28/9: Sim.

P: Mas no geral, vocês acham que as pessoas têm conhecimento dessa questão?

A₄28/9: Depende.

A₃28/9: Tem conhecimento, mas faz assim mesmo.

O₁28/9: É falta de responsabilidade, tem que tomar vergonha na cara. Se ela não tivesse conhecimento não fazia o sexo.

Trecho 2:

A₁26/7: Porque tipo assim, não fala para a mãe e fica sem saber das coisas e aí faz sem preservativo e acaba acontecendo isso.

P: Você acha que com falta de informação, de contato com os pais... ela pode acabar não tendo o conhecimento e transar sem camisinha?

A₁26/7: É, se tivesse o conselho da mãe...

A princípio, nesses trechos é possível perceber que houve opiniões divergentes sobre ser irresponsabilidade ou desconhecimento. Alguns/mas estudantes afirmaram que a falta de diálogo sobre a prevenção com os familiares dificulta o acesso a informações e ressaltaram que, talvez, se houvessem discussões poderia ocorrer uma intervenção nesse contexto. Entretanto, ao longo do grupo focal os/as discentes vão se contradizendo ao dizerem que tem informações reforçando que devem usar camisinha, apesar disso, talvez essa seja uma informação bastante superficial. Contudo, não desconsideramos que algumas pessoas compreendam e tenham acesso as informações sobre como evitar a gravidez. Porém, a informação não é suficiente para garantir que não engravidem, sendo apenas um aspecto entre os diversos elementos culturais e sociais que influenciam nesse processo.

Os conselhos das famílias apresentam uma ideia de moralidade, reforçando que esses conselhos têm que ser seguidos, não podendo ser questionado. Ainda nesses trechos uma aluna relatou que, apesar de não haver diálogo com a mãe, ela é levada para conversar com o ginecologista. A esse respeito Foucault (1984) nos recorda que a sexualidade a partir do século XVIII passou a ser submetida a olhares e cuidados da família, responsabilizando-a pelo direito de fala, principalmente, no que diz respeito à reprodução. Entretanto, essa ideia foi sendo modificada ao longo do tempo, tornando-se o sexo reprimido ao ponto que falar dele seria um ato transgressão. Ainda para esse autor, posteriormente, os médicos passaram a determinar o que era sadio e adequado, sendo muitas vezes, convocados para aproximar essa conversa. Atualmente ainda é possível evidenciar resquícios desse silenciamento ao percebermos que são poucos os espaços autorizados para falar sobre essa temática. Esse posicionamento está relacionado com a ideia de que falar sobre sexo poderá despertar a curiosidade e, portanto, os/as estudantes passariam a praticar.

Ainda sobre as instâncias consideradas adequadas para falar sobre gravidez e prevenção, alguns/mas estudantes da instituição 2 do 6/7 ano indagaram a respeito da possibilidade de intervenção e problematização das discussões pela disciplina de Educação para Sexualidade, como demonstrado nos escritos abaixo:

O₂26/7: E a aula de sexualidade serve para que?

A₁26/7: Sim, mas nem todas têm aula de sexualidade, minha amiga mesmo não tem.

O₃26/7: (Fulana) teve aula de sexualidade e tá grávida.

A₂26/7: Oxe, mas não teve aula de sexualidade não, meu filho.

D: Não, gente, deixa eu explicar... Vocês têm a disciplina de sexualidade, mas de acordo com os amigos de vocês que estudam na estadual, que não tem a disciplina de sexualidade, vocês acham que se ocorrer uma

gravidez é por falta de conhecimento por não ter a disciplina de educação para sexualidade?

O_{126/7}: Não, não tem isso não.

A_{326/7}: Tem muitas meninas aí que já tá fazendo e já nasce sabendo o que é sexo.

D: Sim, mas a questão da gravidez não é só sexo. Para acontecer uma gravidez tem que deixar de usar algo, vocês acham que eles sabem o que deve usar?

A_{326/7}: Preservativo.

Nesse diálogo é possível perceber que os/as discentes entendem que a abordagem da sexualidade na escola possibilita com que tenham mais conhecimentos e saibam como agir em determinadas situações de risco. Segundo Altmann (2003), a inclusão das discussões sobre sexualidade nas instituições escolares tem sido justificada pelo aumento do número de casos da gravidez entre adolescentes e de infecções por HIV. Esse fato se assemelha ao motivo da criação da disciplina Educação para Sexualidade como destacado por Azevedo e Souza (2016). Não sendo restrito a essas discussões, discutir sexualidade na escola pode, por exemplo, possibilitar com que os/as alunos/as se sintam confortáveis para falar sobre isso em outros espaços, valorizem a diversidade, desconstruam discursos de ódio, combata a violência sexual e ampliem os conhecimentos sobre seus corpos. Entretanto, ter aula ou conhecimento de sexualidade não garante a prevenção a gravidez na adolescência.

Em todos os grupos focais, ao serem questionados/as de quem era a responsabilidade pela gravidez houve uma divergência de opiniões entre ser da menina, do menino ou dos dois. Entretanto, alguns comentários se destacaram conforme pode ser observado nesses relatos:

A_{416/7}: E já que ele quis jogar dentro, ela que tomasse um remédio no dia seguinte.

A_{216/7}: [dos dois...] porque tem que pensar, eu vou transar hoje, tenho que comprar camisinha. Aí eu não tô trabalhando e não vou engravidar ela porque tô sem trabalho e se eu tiver um filho... mas mesmo assim, usar camisinha é ruim, né muito bom não.

P: Vocês acham que é da menina a obrigação? Por que da menina?

O_{116/7}: Porque se ela não quisesse ter um filho ela falava "só vou se botar camisinha".

O_{326/7}: Mais da mulher porque o homem é descarado.

A_{126/7}: Não existe isso não porque se não fosse o homem nois não engravidava. A culpa é do homem! An, aqui que é da mulher (mostra o dedo do meio).

Em uma das falas, a aluna 4 da instituição 1 do 6/7 ano destaca o querer do homem é tido como superior ao da mulher, sendo ela responsável por tomar as medidas cabíveis após o ato sexual para que não engravidem. Por outro lado, entendemos que a mulher também reitera o discurso de que o homem é responsável por decidir usar ou não o preservativo quando não leva métodos contraceptivos consigo. Dessa forma, quando ela leva o preservativo está contestando esse discurso do lugar do homem. Nesse sentido, o aluno 1 da mesma instituição e série acredita que a mulher deve ter postura firme e escolher se relacionar apenas com preservativo, caso não faça a responsabilidade será dela.

De acordo com Altmann (2007) a prevenção da gravidez é vista como uma questão

feminina, pois ao longo da história foram produzidos inúmeros métodos contraceptivos para as mulheres utilizarem em detrimento das possibilidades dos homens. A esse respeito autora reforça que para elas foram disponibilizados, por exemplo, a pílula do dia seguinte, DIU hormonal e de cobre, diafragma, camisinha feminina, hormônios injetáveis, laqueadura, entre outros; em contrapartida, para eles têm-se a vasectomia e camisinha.

Por isso, como descrito pela aluna 2 da instituição 1 do 6/7 ano, é necessário que os/as adolescentes se conscientizem e planejem as suas atitudes relacionadas a prevenção, sendo a responsabilidade de ambos o bebê. Ainda para essa autora, muitas vezes, pelo fato da mulher gestar o bebê, a gravidez é considerada de interesse e responsabilidade da mulher (ALTMANN, 2009; 2003). Ao longo dos grupos focais foi possível perceber que os/as estudantes indicavam uma maior responsabilidade pela gravidez para as adolescentes. Além disso, segundo Castro et al. (2004) os jovens tendem a uma apreciação negativa aos envolvidos na gravidez.

Considerações provisórias

Essa pesquisa indica que os/as adolescentes reconhecem a importância tanto dos familiares quanto da disciplina Educação para Sexualidade em abordar as questões envolvendo a sexualidade, sobretudo no que diz respeito a gravidez e as IST. Houve algumas opiniões divergentes sobre ser irresponsabilidade ou falta de conhecimento dos/as adolescentes ao engravidarem, desconsiderando a complexidade da gravidez associada a marcadores sócio-histórico-culturais. Entretanto, boa parte dos discentes falaram que é irresponsabilidade da mulher, o que nos mostra como, ao longo da história, a prevenção foi priorizada para a mulher, apesar de não haver fácil acesso a vários métodos. Além disso, de acordo com os relatos, fica nítido a importância de discutir mais sobre a gravidez na adolescência pensando em reduzir os danos e riscos a exposição. Para isso, é importante conhecermos e investigarmos a vulnerabilidade que estão inseridos/as nossos/as discentes por meio de outras pesquisas.

Agradecimentos e apoios

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por meio da concessão de bolsa de estudo do Mestrado.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 281-315, 2003.

ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 287-310, 2007.

ALTMANN, Helena. Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 175-200, 2009.

AZEVEDO, Suse Mayre Martins Moreira; SOUZA, Marcos Lopes de. O ensino da sexualidade em um componente curricular específico: regulações e escapes. **Ensino em Revista**. Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 367-386, 2016.

BRASIL. Parecer Nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica**. Brasília, 2000.

CABRAL, Suzane Nascimento; et al. “É bom para conscientizar as pessoas das coisas que não são para fazer”: o olhar das/os estudantes acerca do trabalho de temas relativos à sexualidade em um componente curricular na educação básica. **Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 7028 - 7038, 2016.

CABRAL, Suzane Nascimento; SOUZA, Marcos Lopes de. “Canalizar para o bem versus canalizar para o mal”: uma leitura da disciplina educação para sexualidade nos anos finais do ensino fundamental. In: RIBEIRO, P. R.C.; MAGALHÃES, J.C. (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 165 – 186.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

DAL’IGNA, Maria Cláudia. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M.A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e Escritos, 2 ed. v. 4, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUIMARÃES, Jamile Silva. “As meninas hoje tão muito soltas”: os discursos institucionais que fundamentam o processo de regulação moral. **Proposições**, Campinas, v. 30, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar e escrever... **Educação, Sociedades e Culturas**. Porto: Edições Afrontamento, v.1, n.25, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 239-262, jul/set, 1993.

UNFPA (2017). **Mundos Distantes: saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdade**. Situação da População Mundial, 2017.